



Exmo. Senhor
Dr. João Bezerra da Silva
Chefe do Gabinete da Senhora Ministra Adjunta e
dos Assuntos Parlamentares

requerimentos.maap@maap.gov.pt

SUA REFERÊNCIA	SUA COMUNICAÇÃO DE	NOSSA REFERÊNCIA	DATA
1278	10-10-2022	Nº: 970/2023 50.05.02.06.	

Assunto: Pergunta n.º 680/XV/1.ª de 10 de outubro de 2022 - PS
Desequilíbrios do Sistema Hidrogeológico da Lagoa de Albufeira, Sesimbra

Em resposta à Pergunta n.º 680/XV/1.ª, encarrega-me o Senhor Ministro do Ambiente e da Ação Climática, Duarte Cordeiro, de transmitir o seguinte:

A Agência Portuguesa do Ambiente (APA) e o Instituto de Conservação da Natureza e das Florestas (ICNF), tem conhecimento da situação descrita. Atendendo ao dinamismo natural do sistema costeiro em que se insere, a Lagoa de Albufeira tende a fechar a ligação ao mar devido ao assoreamento natural, sendo necessário proceder à abertura artificial de uma barra de maré, à semelhança de outras lagoas existentes no nosso país, por forma a garantir as condições necessárias de renovação da qualidade da água, promoção da biodiversidade e a viabilização das atividades económicas presentes e que aí se desenvolvem (recreativas, balneares e aquicultura).

O Município de Sesimbra, fruto de um contrato interadministrativo celebrado com a Agência Portuguesa do Ambiente, efetua regularmente a abertura da Lagoa, sempre que esta fecha devido aos sedimentos trazidos pelo mar. A título de exemplo, em 2021 a Lagoa foi aberta no dia 26 de maio, tendo fechado a 17 de junho e sido novamente reaberta a 18 de junho, fechou no dia seguinte - 19 de junho, e foi reaberta nesse mesmo dia. A 21 e 22 de junho decorreu nova remoção de areia para tornar o canal mais fundo.

A qualidade da água balnear da Lagoa de Albufeira é monitorizada durante época balnear com uma frequência mensal e têm sido obtidos resultados considerados “próprios” para a prática balnear.

Nos seguintes links poderá ser consultada a informação sobre a monitorização das águas balneares:

- <https://www.apambiente.pt/apa/epoca-balnear-2022>

- <https://snirh.apambiente.pt/index.php?idMain=1&idItem=2.1>.



REPÚBLICA
PORTUGUESA

GABINETE DO MINISTRO
DO AMBIENTE E DA
AÇÃO CLIMÁTICA

Conforme referido, aguarda-se a conclusão do procedimento de Avaliação de Impacte Ambiental, que irá permitir selecionar a opção mais adequada tendo em vista a prossecução dos objetivos propostos.

Este procedimento encontra-se a decorrer e envolverá uma fase de consulta pública, nos termos da Lei, e que oportunamente será divulgado.

Com os melhores cumprimentos,

A Chefe do Gabinete

Catarina Gamboa

CG/JP